

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA**

RAQUEL MEDINOVA GRECO SOARES

A FEMINIZAÇÃO NA PROFISSÃO DOCENTE

**Uruguaiiana/RS
2024**

RAQUEL MEDINOVA GRECO SOARES

A FEMINIZAÇÃO NA PROFISSÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão do Curso de Letras da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciado em Letras – Português, sob
orientação do Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

**Uruguaiana/RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

SOARES, Raquel Medinova Greco.

A Feminização na Profissão Docente

27 p. Feminização. Educação. Docente. Professores. Gênero

Orientador: Lúcio Jorge Hammes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, Licenciatura em Letras-Português, Campus Jaguarão, 2024.

1. Feminização. 2. Educação. 3. Docente. 4. Professores 5. Gênero

RAQUEL MEDINOVA GRECO SOARES

A FEMINIZAÇÃO NA PROFISSÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português EaD, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendida e aprovada em: 04 de julho de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes
Orientador - UNIPAMPA

Dr^a Cláudia Camerini Corrêa Pérez
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a Marilu Angela Campagner
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **LUCIO JORGE HAMMES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2024, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CLAUDIA CAMERINI CORREA PEREZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2024, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MARILU ANGELA CAMPAGNER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1479115** e o código CRC **0C6A28CA**.

RESUMO

A feminização da Educação teve sua trajetória marcada por impactos sociais e econômicos. Durante muitos séculos a mulher teve papel de submissão ao homem e, ficando por muito tempo, restrita a ela a função do servir e do procriar. Autores como Piori (2009) e Freire (2011) relatam em suas obras o longo percurso que a mulher teve e tem em estar inserida em todos os campos que até então era dos homens. Rompendo barreiras, ela entra nas esferas de mão-de-obra, destacam-se na sala de aula e ainda carregando o paradigma de cuidados, ligados as responsabilidades maternas, e à desvalorização salarial por se tratar do gênero feminino. Este artigo é de cunho bibliográfico, contendo informações sobre a feminização na classe docente trazendo questões ainda pertinentes ao século XXI sobre a procura da mulher nesta profissão, desde o protótipo instituído de mulher cuidadora e infelizmente a desigualdade salarial e social a que ainda se encontra. A busca pela identidade e seu espaço no mercado de trabalho foram resultados de uma luta das mulheres e ainda há muito que se fazer para estar equiparada em todos os campos de trabalho ainda dominado por homens. Saber fazer escolhas conscientes é o grande desafio da mulher no século XXI, desde que seja respeitada sua essência e seus limites, ou seja, escolhas que a façam estar mais inteira e plena, na vida e nas suas relações.

Palavras-chave: Feminização. Educação. Docente. Professores. Gênero

ABSTRACT

The feminization of Education had its trajectory marked by social and economic impacts. For many centuries, women had a role of submission to men and, for a long time, the role of serving and procreating was restricted to them. Authors such as Priori (2009) and Freire (2011) report in their works the long journey that women have had and continue to have in being inserted in all fields that until then belonged to men. Breaking barriers, she enters the workforce, stands out in the classroom and still carries the paradigm of care, linked to maternal responsibilities, and salary devaluation because she is female. This article is of a bibliographic nature, containing information about feminization in the teaching class, bringing questions still pertinent to the 21st century about the demand for women in this profession, from the established prototype of a caring woman and unfortunately the salary and social inequality that still exists. The search for identity and its space in the job market were the result of a struggle by women and there is still a lot to be done to be equal in all fields of work that are still dominated by men. Knowing how to make conscious choices is the greatest challenge for women in the 21st century, as long as their essence and limits are respected, that is, choices that make them more whole and fulfilled, in life and in their relationships.

Keywords: Feminization. Education. Teacher. Teachers. Gender.

INTRODUÇÃO

Até metade do século XIX havia muita dificuldade de alguns grupos sociais ao acesso da escola, entre eles as mulheres, que também tinham níveis de educação restrita, onde as mulheres da classe alta tinham uma educação voltada ao desenvolvimento de habilidades que as tornassem interessantes a contrair um matrimônio, então aprendiam a ler e a escrever, a bordar, costurar, aprendiam a tocar piano, a falar outras línguas, a fim de se tornarem boas mães. Já as moças de classes mais pobres, as classes trabalhadoras, dificilmente chegavam à escola. Com algumas exceções à época, são raras as mulheres de classe baixa que chegaram às escolas (PRIORE, 2009, p.436).

Já no final do século XIX e início do século XX o acesso à educação para as mulheres se torna mais amplo, especialmente com a criação dos cursos normais para a formação de professoras, criando um espaço para estas mulheres, num mundo onde lecionar era predominante exclusivo dos homens.

Freire (2011) afirma que no século XX era muito raro uma mulher trabalhar para fora, porque estavam ligadas ao estereótipo do cuidado, do maternal e de que estavam voltadas às questões de casa, então se cria esta imagem de que a mulher seria boa profissional pelos cuidados que teria com as crianças, pela paciência e zelo, criando uma vocação para o magistério, capacitada e moralmente bem vista pela sociedade. Não ocupavam cargos de chefias em direção, pois este cargo ainda pertencia aos homens, levando-as a ganhar inclusive menos, pois o salário não era visto para sustentar uma família e sim para coisas mais triviais que elas poderiam comprar na sua vida. O magistério trouxe muita libertação para as mulheres, pois se tornou uma forma de independência. Este estigma permanece até hoje, pois segundo o Censo Escolar de 2020, 96,4% de docentes da educação infantil são do sexo feminino, 88,1% são mulheres nos anos iniciais do ensino fundamental, 66,8% nos anos finais do ensino fundamental e 57,8% no Ensino Médio.

A feminização - presença de mulheres professoras em todas as etapas do sistema educacional brasileiro -, conforme Xu e Waniganayake (2017); e Kimura (2021) é uma realidade não só no Brasil, mas em todo mundo, e diz respeito não somente ao aumento quantitativo da presença de mulheres nos quadros da força trabalhista de determinado setor, mas também dinâmicas e transformações que explicam desafios para a área, como a evasão, baixo prestígio profissional, e disparidades salariais entre homens e mulheres em cargos de gestão.

A feminização enquanto conceito não significa somente o aumento quantitativo, mas também é um fenômeno de reflexos qualitativos, com uma série de particularidades sociais em decorrência disso: desvalorização social da profissão, baixas remunerações e salários e evasão escolar, no caso da Educação.

Com esta problemática e pensando na contribuição do tema ao contexto dos egressos do Curso de Letras da Unipampa tem-se o objetivo, neste estudo de compreender a questão da feminização das carreiras na profissão docente. Para isso se realizou uma pesquisa bibliográfica, buscando em sites de pesquisa Scielo, *Google* acadêmico, artigos científicos e publicações a respeito do assunto que pudessem contribuir para a constituição do presente Trabalho de Conclusão de Curso, onde o mesmo foi dividido em capítulos que ajudarão a revelar sobre quais desafios são encontrados e como superá-los, assim como o papel da mulher na educação neste processo.

As bases da feminização na carreira do magistério trazem um estudo de como a feminização surgiu na educação e sua luta incessante pelo espaço que até então era dos homens. Também fazem parte da discussão as relações de gênero, trazendo a figura masculina como docente, e sua presença em minoria no espaço feminino escolar, assim como as dificuldades cotidianas nas atribuições para homens e mulheres na divisão do trabalho. A mulher do século XXI e seus desafios demonstra a persistência dos seus princípios de divisão e hierarquização de acordo com o sexo das/os trabalhadoras/es. A menor presença de mulheres em cargos de chefia em comparação com a maior presença dos homens nesses postos também nos dá indício sobre essa hierarquização e a falta de salários igualitários.

2 ALGUMAS BASES DA FEMINIZAÇÃO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

No Brasil, conforme Ribeiro (2000) até o início do século XIX, grande parte da população feminina, independentemente de sua condição social, era analfabeta. Foi ao longo desse século – período de intensa modernização da sociedade brasileira – que a educação formal para mulheres foi de fato instituída no país. O primeiro projeto educacional que conhecemos no Brasil foi realizado pelos jesuítas a partir de 1549 e destinado exclusivamente aos homens. Durante os 322 anos em que o Brasil foi colônia de Portugal o ideal de educação feminina era o da aprendizagem dos afazeres domésticos e cuidados com a família. Isso se justifica ao pensarmos que, até meados do século XIX, o Brasil era uma imensidão rural, um país dominado pelos latifúndios que contavam com mão-de-obra escrava. Essa era uma sociedade em que, para muitos, a instrução não se fazia imprescindível.

As mulheres durante o século XIX cada vez mais ingressaram no ensino como uma carreira para toda a vida. No entanto, é a idéia da adequação especial das professoras como educadoras primárias, enfatizada por muitos fundadores e organizadores de escolas do século XIX, que se tornou a base da ideologia da “feminização” em primeiro lugar. Houve inúmeras conseqüências de longo prazo dessa ideologia (DRUDY, 2008).

Para Almeida (1996), apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, os ideais positivistas permaneceram impregnando a mentalidade brasileira ainda por muito tempo.

Autores como Enguita (1991) e Nóvoa (1991) reforçam a trajetória da mulher na profissão docente sendo como uma das primeiras e principais ocupações que a mulher desenvolveu fora do lar, compondo parte fundamental do processo de desenvolvimento da educação, e ocorreu por diversos fatores. Assim, importante ressaltarmos que esse movimento aconteceu principalmente no magistério primário, ou seja, na atuação com crianças, pois no nível secundário e no superior a predominância da docência masculina se manteve por um longo período.

De acordo com Krause (2016), somente em 1678 é inaugurado na Bahia o primeiro convento do Brasil, representando o primeiro espaço institucional onde se realizava a instrução de mulheres brasileiras. O conteúdo dessa educação conventual estava centrado no estudo da doutrina católica. Contudo, nessas instituições, as moças aprendiam também a ler e a escrever a língua portuguesa – bem como algumas línguas estrangeiras –, noções básicas de matemática, a execução de trabalhos manuais e até mesmo canto ou piano. Foram dentro dos conventos onde as mulheres desenvolveram movimentos embrionários de resistência em prol da educação feminina no Brasil.

Este fenômeno global está firmemente enraizado em questões relacionadas com o desenvolvimento econômico, a urbanização, a posição das mulheres na sociedade, as definições culturais de masculinidade e o valor das crianças e dos cuidados infantis.

Para Deem (1978) ao discutir a participação das professoras, é crucial reconhecer a posição da mulher na sociedade. No passado, particularmente as mulheres na sociedade industrial eram consideradas uma personagem isolada de trabalho. As mulheres dependiam da economia dos homens como principais sustentos da família e isso era o estereótipo da época. Depois disso houve uma queda no número de mulheres dependentes em termos de economia. Como resultado, as mulheres tentaram entrar no mercado de trabalho embora apenas no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos (na fase inicial). Nessa fase, a subordinação e a opressão em relação às mulheres ainda existiam. No entanto, houve algumas mudanças na

divisão do trabalho hoje em dia e elas conseguem uma posição melhor. Elas não só podem participar na esfera doméstica, mas também em alguns setores que pertenciam à esfera pública. As mulheres que ensinam na esfera pública surgem como influência da transformação do ensino em trabalho feminino.

Conforme Ministério da Educação (2023), os dados do Censo Escolar 2022, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), informa que o ensino básico brasileiro é realizado por mulheres, na sua maioria. Do corpo docente, composto por 2.315.616 profissionais, 1.834.295 (79,2%) são professoras.

Na educação infantil, etapa em que se inicia a trajetória escolar regular, elas são praticamente a totalidade de quem educa: 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola. No ensino fundamental, as mulheres são 77,5% dos 1,4 milhões de docentes. E no médio, elas representam 57,5% do total de 545.974 em todo o país.

A maior parte das professoras tem entre 40 e 49 anos (35,2%). O Censo Escolar também indica um padrão nesse aspecto, com a predominância dessa faixa etária em todas as etapas de ensino. Mulheres de 30 a 39 anos representam 28,5%, seguida pelo grupo das que possuem de 50 a 54 anos (12,2%) e das que têm de 25 a 29 anos (8,3%). Docentes com até 24 anos são 3,4%.

As mulheres também são maioria na gestão das escolas de educação básica. Do total de 162.847 diretores, 131.355 (80,7%) são mulheres.

No que tange Educação superior, o Censo da Educação Superior (2021) mostra que as mulheres predominam entre os estudantes matriculados no ensino superior. Dos 8.987.120, 58,1% (5.249.275) são mulheres.

Quando se observa especificamente as licenciaturas, 72,5% das matrículas são de mulheres. Quando se olha para a docência na educação superior, os homens estão na frente. Eles são 167.384 (52,98%) do total de 315.928 professores dessa etapa. Desde que a ONU instituiu o dia da Mulher em 1975, são 49 anos de muitas conquistas foram possíveis a partir de uma maior conscientização sobre direitos das mulheres.

Uma pesquisa da universidade americana de Yale mostra que as mulheres têm uma maior consciência sobre o aquecimento global, além de estarem entre as maiores financiadoras de pesquisas sobre energias renováveis.

Além disso, uma pesquisa da ONU revelou que, além de ter maior consciência e atitude, as mulheres são mais afetadas pelos problemas gerados pelas mudanças climáticas. A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) explica que as mulheres são

responsáveis por produzir e coletar alimentos e água para cozinhar e as mudanças climáticas tornam essas tarefas cada vez mais difíceis.

E não podemos deixar de comentar que muitas ativistas reconhecidas pela luta pelo Meio Ambiente são mulheres, como:

Amanda Costa — a ambientalista brasileira e fundadora do Perifa Sustentável. A sua luta é puramente contra a crise climática e racismo ambiental, para isso prega a justiça climática, sustentabilidade e conta com o engajamento jovem. É Jovem Conselheira do Pacto Global da ONU, Jovem Embaixadora da ONU, TedX Speaker, LinkedIn Top Voice e Creator, e já entrou na lista dos #ForbesUnder30.

Nemonte Nenquimo – Tem lutado para proteger 500.000 hectares da Amazônia equatoriana da exploração, salvaguardando vidas e meios de subsistência e estabelecendo um precedente legal para os direitos indígenas regionais. Em 2020, ela foi nomeada uma das pessoas mais influentes do mundo pela revista Times.

Nzambi Matee – fundadora da Gjenge Makers, uma empresa que usa plástico descartado para produzir blocos de pavimentação. Ela desenvolveu uma máquina que comprime uma mistura de plástico e areia em tijolos resistentes que são mais leves e mais duráveis do que o cimento. Seu negócio produz 1.500 pavimentadoras por dia, enquanto reduz a quantidade de resíduos plásticos nas ruas e em aterros sanitários.

Quando falamos em questões sociais, não podemos deixar de falar em voluntariado. E diversas pesquisas apontam que a maioria dos voluntários são mulheres. Em uma pesquisa recente realizada pela Escola de Administração da UFRGS como nosso apoio mostrou que 69% dos voluntários que participaram da pesquisa eram mulheres. Em Porto Alegre, Nara Sonalio é um exemplo de quem começou como voluntária e decidiu fundar o Instituto Criança mais Feliz, uma Organização da Sociedade Civil voltada para o atendimento de crianças. Além disso, No Brasil, 51% dos cargos de lideranças no Terceiro Setor são ocupados por elas, conforme uma pesquisa de 2017 do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2024)

2.1. Feminização na Educação

Segundo Xu e Waniganayake (2017), a presença de mulheres professoras, principalmente na educação básica do Brasil, é uma realidade não só no país, mas global. Entretanto, nem sempre foi assim. Para Schaffrath (2000), o segmento docente era dominado

por homens até meados do século XIX. Neste período, vigorava a visão de que mulheres não teriam capacidade intelectual para o ensino.

A docência no século XX foi adotada como uma prática de costumes femininos na primeira etapa de educação básica. Esse fato pode ser visto na totalidade do século XIX, nas denominadas escolas domésticas, como também poderiam ser chamadas de instituições de improviso, muitas dessas escolas não possuíam ligações com o estado e já outras, com professores selecionados sendo servidores públicos. Esse aspecto se manteve durante todo século XX, por causa de violentas mudanças econômicas, sociais e culturais que atrelavam o país, em consequência disso, aconteceu uma enorme participação de mulheres, como um todo, no mercado do trabalho. A educação no Brasil trabalhada sob a carga do Estado, a profissão docente feminina teve início no final do século XIX, associada primordialmente com o crescimento primário do ensino público (VIANNA, 2002).

Conforme Almeida (1998, apud Azevedo et al), um dos fatos que não permitiram que as mulheres ingressassem nas demais profissões, que são representadas pelo segmento masculino, foi a aceitação no magistério, que é ligado aos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, e isso fez com que a profissão rapidamente se feminizasse.

O aumento da participação das mulheres no ensino pode existir porque os homens poderiam encontrar uma alternativa melhor de emprego com salários mais altos. Assim, esta condição obrigou direções escolares a contratar mulheres professores (KAESTLE e VINOVSIS, 1980).

O processo da feminização da educação foi se dar de forma transitória com o passar dos anos após este período, por alguns fatores, como o primeiro período pós-guerra:

Pós-Primeira Guerra Mundial, atingindo um crescimento de mais de 50% na capital, entre 1920 e 1940. A "necessidade provocada pela guerra" contribuiu para impulsionar ainda mais as mulheres a disputarem com os homens o trabalho assalariado (MARTINS, 2007, p. 78).

Kimura (2021), afirma que entre 1950 e 1970 no Brasil já há um aumento significativo de mulheres inseridas como força de trabalho, principalmente no setor de prestação de serviços e ocupações técnicas e científicas. Este número praticamente dobrou a partir da década de 1970. Isto ocorreu devido ao impulsionamento pelo plano de expansão nacional militar da ditadura, no qual o setor de serviços já requeria uma maior mão de obra na qual a mão de obra masculina já era totalmente acolhida pela expansão industrial. Fator este que

trouxe mais mulheres para as áreas consideradas como “maternais” ou que poderiam precisar do “talento feminino”, como a Educação Infantil e Educação Básica.

Como o ensino não é um emprego bem remunerado, então, muitas pessoas vêm isso como um motivo altruísta. Outra chave, é que o fator principal do ensino é ter um profundo interesse pelas crianças, pois para muitos profissionais da educação a coisa mais importante para ser professor é caracterizada por um forte interesse em ajudar os outros (Lieberman, 2006).

No Brasil, destaca-se que já está consolidada a prevalência das mulheres na formação de grupo de professor, todavia, com base nesses dados, ainda que o maior número de docentes seja do sexo feminino, os grandes cargos ainda são ocupados pelos homens. Desta forma, eles acabam possuindo maior sucesso na sua área de atuação, ganhando cargos maiores e melhores salários (SOARES, 2015).

Marques (1992) destaca que o ano de 1980 ficou marcado pela procura da identidade do curso de pedagogia. Esse ano, em suma, foi conceituado como uma década inútil, de certo modo, não sendo propício para o ensino, em razão dos aparecimentos dos movimentos dos docentes que, a partir de então, reorganizaram-se e focou-se no ponto mais importante, qual seja a preparação da construção do profissional da educação.

O ano de 1990 foi marcado com progresso do neoliberalismo não só no Brasil, como em todo o mundo. Diante do cenário da época, ocorreram grandes transformações na área da educação, principalmente na etapa de desenvolvimento dos pedagogos. No Brasil, o presidente adquiriu as últimas exigências que giravam em torno do mercado de trabalho, em consonância com os mecanismos financeiros universais. Os remodelamentos educativos surgiram por causas das mudanças produtivas. O motivo destas melhoras está relacionado a moldar o método de ensino e seus regulamentos das práticas dos sistemas econômicos da recente regra internacional. (Saviani, 2004, apud SANTOS, 2019).

Usualmente, esta noção de feminização de uma determinada prática é associada a postos de trabalho e traz consigo visões de gênero estereotipadas do que é ser feminino: o cuidado, a maternidade, a domesticidade, etc. “No caso do magistério, não podemos esquecer-nos da forte interferência da ideologia da domesticidade, ou seja, um trabalho que fazia com que a mulher executasse tarefas semelhantes às que ela exercia com filhos ou crianças” (MARTINS, 2007).

Nesse sentido, o conceito de gênero é importante para compreender como os papéis relacionados ao masculino e feminino se constroem na sociedade. Para Scott (1995), entende-

se que: O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana.

A construção de gênero na sociedade, apesar de muitos avanços e da inserção em números de mulheres no mercado de trabalho, é historicamente desigual. E isso se expressa no aumento de mulheres nas carreiras de magistério e licenciaturas no Brasil: “com a expansão da indústria, os homens começaram a abandonar a profissão docente para assumir postos de trabalho nessa atividade econômica (MARTINS, 2007).

A feminização na Educação formatou, conseqüentemente, certa desvalorização de carreiras docentes consideradas da grande área das Ciências Humanas, como a Língua Portuguesa, as Artes, História, Geografia, enquanto que outras áreas de Exatas, como a Matemática, Física, etc., por serem consideradas áreas associadas à produtividade e à indústria, recebiam uma maior valorização.

Tal prevalência das mulheres no âmbito da educação continuou pelo século XX, pois via a prática da docência nas primeiras etapas da educação básica como também no ensino médio era de caráter feminino em razão do grande número de mulheres ainda atuando no magistério. No Brasil, o comprometimento do ensino ficou a cargo do Estado, tendo como relação do progresso do ensino público na primeira etapa da educação básica a presença da mulher nestes espaços de ensino. Foi nessa época que a educação passou a ser categoricamente composta por mulheres, por meio da etapa de feminização do magistério. (SOARES, 2015).

A questão da desigualdade de pagamento às professoras é semelhante à noção de mão de obra barata. Theobald (1996) destacou que desde o início da participação das mulheres no ensino; eles são considerados mão de obra barata.

Com o mundo industrializado e o capitalismo, foram refeitas as hierarquias de profissões e modificados os valores dados às atividades exercidas, com isso, o magistério, que antes era visto como uma área de grande valor começou a ser desvalorizado, um dos fatores para isto foi que, com a saída dos homens e aumento da participação feminina, houve degradação dos salários.

Com esse contexto em vista, percebemos uma grande representatividade de mulheres que atuam no ensino da Língua Portuguesa, mas ainda em cargos e posições de trabalho subaproveitadas. Por outro lado, nos cargos considerados de gestão, direção e coordenação continuam sendo ocupados por homens. Apesar da capacitação cada vez mais requisitada em concursos públicos para a nomeação de cargos no magistério e, no Ensino de Língua

Portuguesa, ainda assim também se observa as mulheres ocupando uma condição de subvalorização em relação a outras áreas de ensino docente.

Para melhor entendimento, relata-se que nas profissões historicamente destinadas ao “gênero” feminino, a função de professor é a que mais envolve um direcionamento histórico, uma memória e justificativas que invocam diferenças biológicas para dizer que é “natural” que a mulher opte por essa profissão (BRUSCHINI e AMADO, 1988).

2.2. As relações de gênero na escola: A figura masculina como docente

Saffioti (1987) explana que o termo gênero, trata-se de uma forma de estudo derivada das ciências sociais, significa a união entre maneiras, pensamentos, padrões, particularidades, aspectos e emblemas produzidos culturalmente de acordo com as distinções existentes entre o que é para homem e o que é para mulher.

Ao compreender a noção do conceito de gênero (Saffioti, 1987), percebe-se que esse termo acaba desfazendo as idéias da sociedade, pensamento este que compreende que a individualidade de cada ser é tida biologicamente. Sendo assim, nossa identidade vem sendo estabelecida socialmente, no que se refere a ser imposto à forma que diz respeito ao que é ser homem e ao que é ser mulher, isto é, independe da forma de como cada indivíduo se vê, pois ao sair dos padrões que são impostos, aquele acaba sendo tido como incomum. Sobre isto, vale observar o que trata Cirqueira e Santana:

Sabemos que nós não nascemos homens e mulheres, nossa identidade sexual é construída socialmente mesmo antes de nascermos, através das imposições da sociedade, nos ditando através de normas o que é ser homem e mulher, e o cidadão que desvia dessa norma é considerado anormal, desprovido dos mesmos direitos daqueles considerados normais. Foi essa questão de divisão dos papéis sociais, a reivindicação de uma cidadania feminina em igualdade com a masculina, o ponto principal das lutas feministas. (CIRQUEIRA e SANTANA, 2015)

Ao falar das relações de gênero, se emprega também o termo diversidade e a forma como cada indivíduo enfrenta os seus próprios conflitos e lidam com ela mesma, que por sua vez é essencial ao convívio entre distinta. Catane (1997) destaca bem essa distinção de gênero ao falar que desde que os seres humanos nascem, a masculinidade e a feminilidade são marcas que identificam cada sexo e são impostas à psique da criança. Toda a vasta gama de elementos que constituem a nossa cultura atua no desenvolvimento da consciência social de meninas e de meninos. Tanto para homens, quanto para as mulheres, modos de ser e de estar no mundo são, portanto, construções históricas e culturais.

O gênero masculino aos olhos da sociedade é visto como o indivíduo que não possui muita capacidade de controlar suas emoções em determinadas situações, principalmente em ambientes onde tenham muitas crianças envolvidas. Em outras palavras, as manifestações de afeto e interesse de homens por crianças, podem ser vistas, nos dias de hoje, com desconfiança (FILIPE, 2006, p. 214).

Segundo Silva (2013) é difícil os pais confiarem na figura masculina como professor logo de início, pois isso não é comum para eles e isso não é culpa dos pais, pois essa idéia de que não se pode haver homem ensinando, foi algo imposto há tempos na sociedade e os homens que querem seguir esse caminho precisam “provar” que são competentes para exercerem esse cargo. Com isso, são mais cobrados do que as mulheres, que para a sociedade, já vem com o “dom”de ensinar.

Drudy (2008) lista quatro grandes preocupações atuais sobre a feminização persistente do ensino: uma necessidade assumida de meninos terem professores homens para ter um melhor desempenho, a necessidade de meninos terem professores homens como modelos, a idéia de que professoras são menos competentes do que professores homens e, finalmente, a preocupação de que a feminização reduziu o status profissional do ensino. Para as três primeiras, ela aponta que as perguntas feitas são as erradas para começar porque os estudos aos quais ela se refere mostram que, com poucas exceções, o sexo do professor tem pouco efeito no desempenho do aluno. De fato, esta pesquisa mostra que deveria haver mais atenção, em vez disso, à qualidade intelectual e às experiências dos candidatos à área, não ao seu gênero. Quanto à quarta questão, se a feminização reduziu o status do ensino, ela e muitos outros escritores apontam que, em qualquer sociedade, as profissões dominadas por mulheres têm menos status por causa de atitudes sociais gerais, não por causa de qualquer contexto institucional específico. Na maioria das sociedades, uma alta proporção de mulheres é suficiente para reduzir o status de qualquer profissão.

A figura masculina no século XIX, não se fazia muito presente nas instituições de ensino. Os homens que trabalhavam nessa área, ao decorrer do tempo, começaram a se recusar a dar aula às primeiras séries do ensino fundamental, o que ocasionou a ascensão da figura feminina neste âmbito. Tal particularidade sustentou-se ao longo do século XX, sendo instigado, principalmente, pelas diversas mudanças no cenário político, econômico, social e demográfico em que se encontrava o país.

Segundo Louro (2012), antigamente, desde o período medieval, a função do professor era um cargo atribuído predominantemente pela presença do sexo masculino. Nesse tempo, era ele o possuidor do conhecimento, ficava a cargo dos homens a instrução mental das

pessoas, assim como, a parte do tomar de conta dos próprios. De fato, o homem como cuidador passou a ser percebido só no começo da contemporaneidade.

Para Sousa (2011) nos dias atuais, faz se necessário refletir sobre o exercício profissional do professor do sexo masculino, pois vem sofrendo restrições em seu trabalho na educação infantil e nos anos iniciais.

A natureza do profissionalismo pode precisar ser redefinida porque todo o conceito de uma profissão, como o de uma carreira, foi criado por e se aplica a empregos que foram, desde o início, definidos e dominados por homens. A “feminização” pode se tornar de fato uma forma alternativa e ativa de profissionalização. As maneiras específicas pelas quais as professoras freqüentemente conceituaram, promulgaram e escreveram sobre seus papéis.

2.3. Divisão sexual no trabalho docente

Para compreender o lado qualitativo do conceito da feminização é preciso antes entender mais sobre a divisão sexual do trabalho. Para Yannoulas (2011, p.276) a divisão sexual do trabalho “está fundada em relações sociais que estabelecem grupos antagônicos (homens e mulheres), que desenvolvem atividades diferenciadas, construídas socialmente”.

Para Biroli (2018), na divisão sexual do trabalho se definem dificuldades cotidianas que vão configurando trajetórias e possibilidades diferenciadas na vida de homens e mulheres. Os papéis, atribuições e valorização de determinadas profissões passa por uma divisão de atribuições ao sexo masculino e feminino.

Segundo Stancki (2003), a divisão social do trabalho – processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas – pode ocorrer através da separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam - divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho não acontece somente quando se considera áreas distintas, mas também no interior de cada uma delas - seja "masculina" ou "feminina". As pessoas ao se inserirem em áreas "masculinas" ou "femininas" permanecem sendo vistos através das suas características sociais de gênero, o que acarreta a divisão sexual do trabalho também no interior das áreas, pois homens e mulheres acabam sendo levado, por opção, condicionamento ou mesmo falta de opção a desempenharem atividades "próprias" de seu sexo. (STANCKI, 2003)

Dessa forma, o conceito da divisão sexual do trabalho é muito importante para a compreensão das desigualdades de gênero que ocorrem em determinadas carreiras docentes: a subvalorização em cargos e salários, a evasão escolar, o baixo prestígio social da profissão. Nesse sentido, afirma-se conforme Kimura (2021) que: “A história geral da educação, bem como especificamente o caso brasileiro, está intrinsecamente conectada ao processo de feminização da docência na educação básica”.

Yannoulas (2011) entende, portanto, o conceito de feminização como: 1) aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra de uma profissão, portanto, uma análise quantitativa; e 2) feminização, que compreende um sentido qualitativo e trata das transformações de dimensão simbólica originadas do processo de feminização.

Damião (2019) reflete que quando voltamos nosso olhar sobre a docência, podemos levantar duas questões. Em primeiro lugar, é certo que há a feminização do trabalho em educação quando colocamos em questão educação infantil, a de as séries iniciais, fundamental e médio. Entretanto, quando tratamos do trabalho docente dentro das universidades, não podemos dizer que há feminização. Apesar de ambos se situarem na atividade docente, o trabalho no ensino superior tem sua peculiaridade uma vez que seu status na divisão social do trabalho e as relações de poder intrínsecas à atividade são diferenciados dos outros níveis de ensino.

Cunha (apud Damião, 2019), menciona que há uma subalternização do magistério em relação à carreira universitária, e que é bem mais recente a presença mais constante da mulher nos níveis médio e superior de ensino. “Segundo a autora, a sociedade de valores dominantes masculinos faz uma concessão ao trabalho feminino quando se trata de crianças e enfermos, a partir de um referencial especificamente moral”. A baixa remuneração e prestígio da docência nesses casos são, ao mesmo tempo, causa e efeito da feminização da profissão. Cunha ressalta que “se tomarmos a estrutura de poder social, é evidente que profissões com contingentes profissionais mais femininos se fragilizam e ficam mais débeis na sua condição”.

O cotidiano das salas de aula demonstra que as professoras continuaram seu trabalho, alfabetizando e ensinando crianças de todas as classes sociais, apesar dos baixos salários, das lutas de classe, das denúncias e da opressão. As mulheres permaneceram no magistério, mesmo com o leque ocupacional ampliado pela industrialização, o progresso e a tecnologia. E... por paradoxal que possa parecer, um número significativo, gostando do que faz. Reside aí a ambigüidade da profissão: se por um lado é mal remunerada e pouco reconhecida pelo poder público, por outro lado é a detentora de um determinado prestígio resultante da questão

cultural, que aloca os professores e professoras como principais agentes de sua divulgação. (Almeida, 1996)

O ato de educar outro ser humano é difícil, exige força interior e vontade. Cuidar de crianças que não sejam os próprios filhos envolve outros componentes que não o simples trabalho. Deve ser por isso que as análises do magistério que vem adotando apenas o paradigma do trabalho do ponto de vista das relações capitalistas têm falhado nas suas explicações (Nóvoa, 1986 apud Almeida, 1996), quando se refere ao exercício do magistério e o papel dos professores no ensino, usa o termo “criar esperança”. No caso do magistério feminino, considero que o que fica mais claro é usar “a paixão pelo possível” ou talvez, “recriar a esperança”. Uma esperança e uma fé que têm sido sistematicamente destruídas a cada professora que deixar o magistério em busca de melhores salários para poder sobreviver e a cada criança que não consegue permanecer na escola por culpa das desigualdades sociais.

3 A MULHER DO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS

Para Almeida (1998), a perspectiva feminista permite, por parte das mulheres, a apropriação de uma consciência crítica e política que as mobilize para levar à apreensão de que as desigualdades, só serão superadas se forem abolidas as divisões sociais de gênero, assim como as de classe e raça, numa sociedade assentada sobre bases igualitárias.

A inserção da mulher no trabalho remunerado, ainda que intensificada, ainda demonstra a persistência dos seus princípios de divisão e hierarquização de acordo com o sexo das/os trabalhadoras/es. Considerando mulheres docentes em Universidades, esta atividade no ensino superior é mais valorizada, têm melhores salários, condições de trabalho, autonomia e poder em relação aos outros postos de trabalho, é certa a procura e presença dos homens na atividade, mesmo em profissões feminizadas. (Damião, 2019).

No Século XXI, a sociedade passa a abordar mais sobre o tema gêneros, com os movimentos feministas. O sexo feminino passa a ser visto com outro olhar, a mulher passa ser tratada com mais respeito, mas, no meio em que elas estão inseridas é bem difícil pensar em respeito, dignidade, liberdade e igualdade. Em todos os cargos que elas assumem, nas mais diferentes profissões, a relatos de discriminações, tanto no salário quanto no trabalho por elas exercido. Uma pequena parcela dessas mulheres está engajada em diversos movimentos sociais, assumindo trabalhos importantes. Elas estão hoje inseridas nos mais diferentes tipos de participação social, a presença dela na política é um dos exemplos bem marcante deste século. Todo esse trabalho, lutas e conquistas são de grande valia para o avanço que tivemos

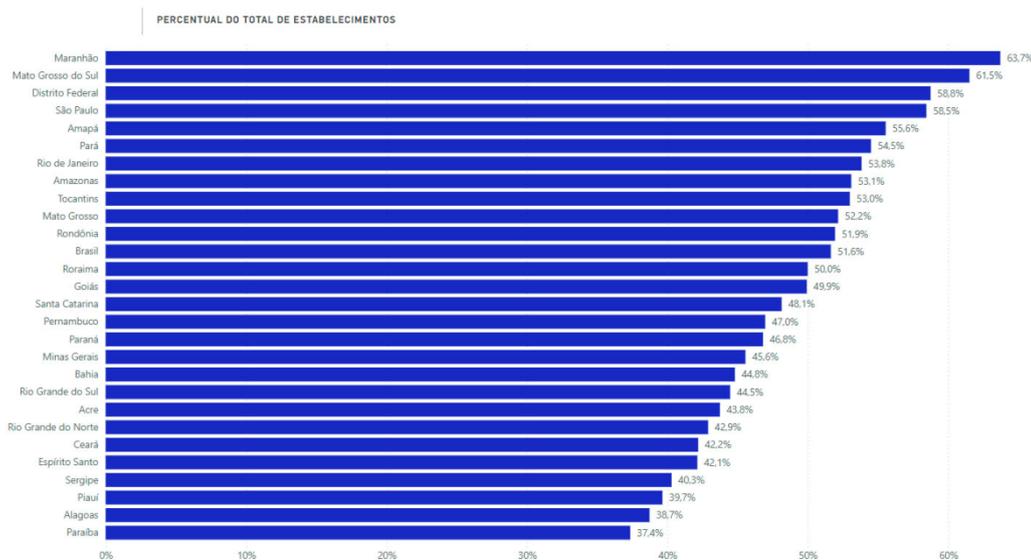
ao longo de anos de engajamentos e batalhas travadas, mas não param por ai, os desafios continuam com manifestações pelos mais diferentes grupos sociais. (Martini, Souza. 2015).

3.1 Justiça por salários igualitários

Segnini (1998, apud Stancki 2003) e Bruschini (2000, apud Stancki 2003) destacam que o mercado de trabalho tem apresentado um elemento praticamente constante: a permanência da desigualdade de gênero no que se refere aos rendimentos. Qualquer que seja a ocupação, as mulheres recebem menores salários do que os homens, sendo que os rendimentos femininos são aproximadamente 64% dos salários masculinos. Assim, a feminização de uma atividade profissional pode vir acompanhada por um processo de rebaixamento salarial e de desvalorização da atividade.

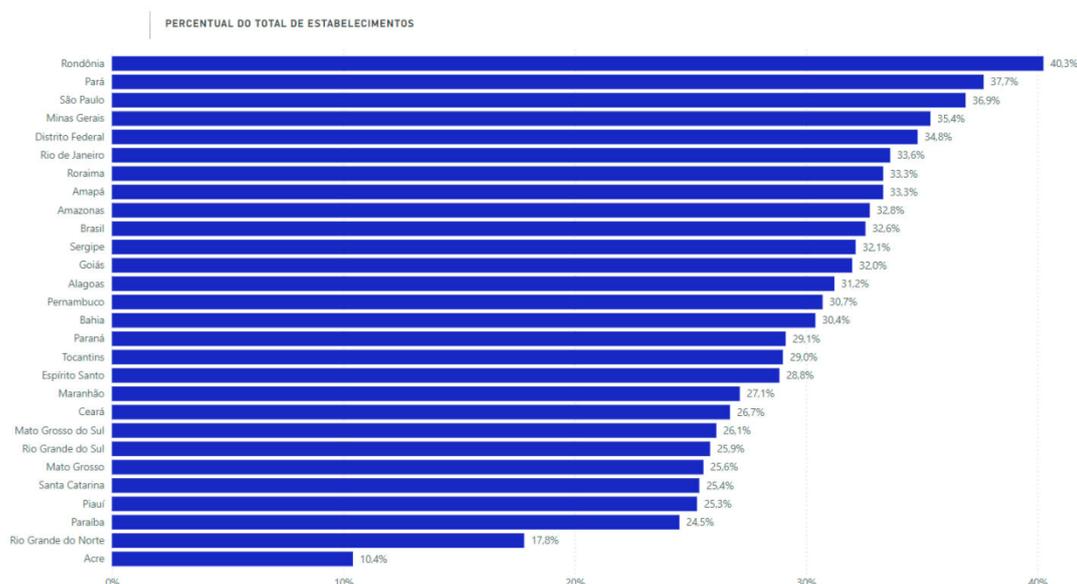
Seguindo as ações da política de igualdade salarial entre mulheres e homens, o Ministério do Trabalho e Emprego divulga a primeira versão do Painel do Relatório de Transparência Salarial referente ao 1º Semestre 2024. A iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério das Mulheres atende ao que determina o Decreto nº 11.795/2023, publicado em novembro de 2023, para regulamentar a Lei nº 14.611, de 2023 que estabelece a obrigatoriedade de igualdade salarial entre mulheres e homens. (<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/relatorio-empresarial/relatorio-empresarial>)

Gráfico 1. Planos de Cargos e Salários ou Plano de Carreira



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Governo Federal. 2024.

Gráfico 2. Política de Incentivo a Contratação de Mulheres



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Governo Federal. 2024

Este painel apresenta:

- Dados agregados a nível nacional e por UF, declarados pelas empresas do setor privado na RAIS 2022 dos estabelecimentos com 100 ou mais vínculos ativos em 31/12 do ano-base;
- Respostas ao Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios enviadas entre fevereiro e março de 2024.

Este Relatório aponta que as mulheres ganham 22,4% a menos do que os homens no estado do Rio Grande do Sul. No Brasil, as mulheres ganham 19,4% a menos do que os homens.

A diferença de remuneração entre homens e mulheres varia de acordo com o grande grupo ocupacional. Em cargos de dirigentes e gerentes, por exemplo, chega a 25,2%. No recorte por raça, o relatório aponta que as mulheres negras, além de estarem em menor número no mercado de trabalho, também recebem menos do que as mulheres brancas. Enquanto a remuneração média da mulher negra é de R\$ 3.040,89, a da não negra é de R\$ 4.552,45, diferença de 49,7%. No caso dos homens, os negros recebem em média, R\$ 3.843,74 e os não negros, R\$ 5.718,40, o equivalente a 48,77%. (Secretaria de Comunicação Social Governo Federal, 2024)

Em seu artigo, Damião (2019) afirma que quando homens e mulheres desempenham a mesma função, o trabalho realizado pelos primeiros vai ser mais valorizado que aquele realizado pelas segundas. Isso fica latente quando observamos a inserção das mulheres no

mercado de trabalho na ocasião de dividirem os mesmos postos com os homens: ainda que as mulheres tenham a mesma ou maior qualificação profissional, os salários são mais baixos do que os dos colegas homens. A menor presença de mulheres em cargos de chefia em comparação com a maior presença dos homens nesses postos também nos dá indício sobre essa hierarquização.

Conforme publicado no site *CNN Brasil*, as mulheres mais escolarizadas têm menor participação no mercado de trabalho e recebem 21% menos que homens, diz IBGE. Mulheres ocupam 39% dos cargos de gerência e trabalham o dobro em atividades domésticas

O mercado de trabalho brasileiro segue desigual para as mulheres, com menores salários e participação, mesmo que a escolarização feminina seja superior à masculina. (Nakamura, 2024)

Os dados — referentes a 2022 — apontam que 53,3% das mulheres participam da força de trabalho. Enquanto isso, a taxa masculina é de 73,2%.

Dentro do mercado de trabalho, o problema vai mais a fundo. Conforme o instituto, do total de pessoas em cargos gerenciais, 60,7% eram homens e 39,3% mulheres.

Os dados do IBGE também mostram diferença entre salários para esta mesma função. Em 2022, mulheres em cargo de gerência tiveram rendimento médio de R\$ 6.600, 21,2% abaixo do que os homens ganharam (R\$ 8.378).

Segundo afirma o analista socioeconômico do IBGE, Jefferson Mariano: “Tem setores em que a taxa de ocupação (feminina) em cargos de gerência é baixíssima. Tem vários elementos que explicam isso, desde a dificuldade de contratação até o forte preconceito de empresas em relação a mulheres que têm filhos.”

Em nível de instrução, o público feminino também supera o masculino. Enquanto 21,3% das mulheres concluem o ensino superior, 16,8% dos homens o fazem.

A falta de representatividade feminina, infelizmente, em pleno ano de 2024, ainda é vista como algo natural em muitas empresas. Além disso, faltam iniciativas que valorizem o crescimento das profissionais desde a base.

Muitas empresas começam a questionar funcionárias sobre a possibilidade de engravidarem por volta dos 30 anos, momento em que estão no auge da carreira. Muitas vão preferir promover um homem que pretende ser pai no lugar de promover uma mulher, com a mesma qualificação, mas que pretende ser mãe.

Para que o cenário se torne mais igualitário, é necessária a conscientização do público e a formulação de políticas públicas. As mudanças ainda serão lentas, pois o

trabalho de cuidado faz parte da cultura de uma sociedade. Ações afirmativas, leis e várias outras práticas são possíveis de serem criadas para melhorar esse cenário. (Nakamura, 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher está cada vez mais preparada para o ambiente de trabalho atual, com fusões, crises econômicas, entre outras, pois mudanças de cenário são constantes e exige rapidez de adaptação, característica bem feminina, diante do que se tornou na sua evolução no mundo. A lógica já vem se consolidando ao longo dos tempos, e a presença feminina continuará a assumir posição de destaque em nossa sociedade, em todas as suas áreas, para isso basta apenas à aceitação e admiração pelo modo diferente, porém não menos enriquecedor.

Em relação à mulher contemporânea pude reconhecer que mesmo estando no século XXI esta mulher passou por inúmeros embates e ainda se sente submissa ao seu companheiro, pois o mesmo sempre está à frente de todos os trabalhos. O sistema da família mundial que eleva o gênero masculino com privilégios mantém-se como no início dos tempos, onde a mulher cuidava e alimentava o recém-nascido, não podendo deixá-lo sozinho. O homem por sua vez, ia atrás da caça, para levar sustento a essa família. Partido deste pressuposto, não seria daí que tudo começou?

Tendo essa nova visão sobre gênero, ao longo desse estudo, percebe-se que, não é pela diferença de nosso corpo físico, mas sim a maternidade que levou-nos a esse embate entre gênero, e ela proporciona para nós mulheres, alguns dos mais belos adjetivos: protetora, amorosa, dedicada etc.

A feminização do ensino está longe de ser uma ameaça à boa escolaridade, é uma oportunidade de melhorar a educação para ambos os sexos.

Este estudo deixa muitas aberturas para futuras pesquisas, pois a feminização na classe docente, foi só um leque onde a mulher conseguiu seu espaço, visto que ela deveria ocupar todas as esferas profissionais da sociedade, que até então apenas homens alcançavam. Temos presença feminina na engenharia civil, nas igrejas, nos trabalhos braçais, na área do direito, na saúde, entre outros.

Ainda há muita luta a se conquistar, principalmente nos limites de vagas destinadas as mulheres em concursos. Quem sabe uma reformulação em estabelecer um sistema de cotas para as mulheres.

Nas políticas públicas seria necessário assegurar a representatividade de mulheres em comissões, comitês e conselhos de agências de fomento e de órgãos representativos

governamentais e institucionais. É sabido que em muitas dessas agências as mulheres estão ausentes ou não participam numa proporção que corresponda ao seu peso relativo na área em questão.

A mídia teria um papel fundamental a desempenhar, contribuindo para reforçar a imagem da mulher cientista, através da publicação e divulgação de histórias de vida e de trajetórias profissionais das mulheres que se destacam na ciência. Ao mesmo tempo, poderia contribuir para realizar ações de divulgação e popularização das ciências, com perspectiva de gênero, nas escolas e nos meios de comunicação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane S. de. **Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível** - São Paulo: Editora UNESP, 1998.

AZEVEDO, Lavine Jordane Queiroz de; FIRMINO, Simone Gomes. **OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA FEMINIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE NO INTERIOR DO ESTADO DE GOIÁS**.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUSCHINI, M. C. A.; AMADO, T. **Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério**. Cadernos de Pesquisa, n. 64, p. 4-13, 1981

CATANI, D. et al. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. “História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação”. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

DAMIÃO, Nayara André. **Reflexões acerca da divisão sexual do trabalho, docência e Serviço Social**. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

DEEM, R. **Mulheres e escolaridade**. Londres: Routledge e Kegan Paul. 1978

DRUDY, S. Gender. **Equilíbrio/viés de gênero: A profissão docente e o impacto da feminização**. Gênero e Educação (2008). 20, 309-323. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09540250802190156>> Acesso em: 10.jun.2024.

ENGUIITA, Mariano Fernandez. **La condición del docente**. In. La escuela a examen: un análisis sociológico para educadores y otras personas interesadas. Salamanca: Ediciones Pirámide, 1998.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** Cadernos Pagu. Campinas. 2006. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/zZSN3sYGnVJH6rB6Wwws5Qd/> > Acesso em 12.jun.2024.

FREIRE, Eleta de Carvalho. **MULHER NO MAGISTÉRIO: UMA HISTÓRIA DE EMBATES ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO**. *Revista Lugares de Educação*, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul.-dez. 2011 ISSN 2237-1451 Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle> > Acesso em: 19.mai.2024

KAESTLE, C. e VINOVSIS. M. **Educação e mudança social no século XIX**. Século Massachusetts. Nova York: Cambridge University Press. 1980

KIMURA, Mariana. **FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NO BRASIL NO PERÍODO 1920-1940: Uma pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/61792/TCC%20-%20MARIANA%20KIMURA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: 19.mai.2024

KRAUSE, C; KRAUSE, M. **Educação de mulheres do período colonial brasileiro até a o início do século XX: do imbecilitus sexus à feminização do magistério**. In: Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental, 10., 2016, Rio Branco. Anais...Rio Branco: UFAC, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/simposiufac/article/view/835>. Acesso em: 20.mai.2024.

LIBERMAN, M. P. **Entrevista com Manhucia P**. São Paulo, SP. 18 dez, 2006.

MARTINI, Méry Terezinha. SOUZA, Fernanda. **MULHER DO SÉCULO XXI: CONQUISTAS E DESAFIOS DO LAR AO LAR**. 2015

MARQUES, M.O. **A reconstrução dos cursos de formação do profissional da Educação**. Em aberto, Brasília, DF, 1992

MARTINS, Angela Maria Souza. **Fundamentos da Educação** - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007. 207p.

Nakamura, João. **Mais escolarizadas, mulheres têm menor participação no mercado de trabalho e recebem 21% menos que homens, diz IBGE**. CNN Brasil. São Paulo. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/apesar-de-maior-escolarizacao-mulheres-tem-menores-rendimentos-e-participacao-no-mercado-de-trabalho-diz-ibge/>> Acesso em 04. jul.2024.

NÓVOA, Antônio. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente.** Teoria & Educação. Porto Alegre, 1991.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. **Dia da Mulher e ESG: o que tem a ver?** . 2024.
Disponível em: <https://parceirosvoluntarios.org.br/dia-da-mulher-e-esg-o-que-tem-a-ver/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMIgPa92rKOhwMV1RitBh0nFAF-EAAYASAAEgLUnPD_BwE> Acesso em 04.jul.2024.

PRIORE, Mary Del, **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres Educadas na Colônia.** 500 Anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHAFFRATH, Marlete Dos Anjos Silva. **Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos.** Anais da. In: 23a REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Caxambu: ANPED, 2000 .

SAFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013

SANTOS, Wesley Roque dos. **A presença masculina na pedagogia.** Monografia. Disponível em <<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5102/1/A%20presen%C3%A7a%20masculina%20na%20Pedagogia.pdf>> Acesso em 10.mai.2024.

STANCKI, Nanci. **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: a sua constante reprodução.** Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/img/eitt2003_nancistancki.pdf > Acesso em: 20.jun.2024.

SOUZA, E. R. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais.** Cadernos Pagu, Campinas, v.17, n. 18, p. 379-387, 2002.

SOARES, A.C.C. **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados. UFGD, 2015

THEOBALD, MR. **Conhecendo mulheres.** Hong Kong: Universidade de Cambridge 1996.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. Cadernos Pagu, Campinas, v.17, n.18 p.81-103, 2002.

XU, Yuwei; WANIGANAYAKE, Manjula. **An exploratory study of gender and male teachers in early childhood education and care centres in China,** Compare: A Journal of Comparative and International Education, 48:4, 518-534, 2018